

Governo decide que vai interferir na Constituinte



Com 244 presenças em plenário, constituintes prevêem que Carta só será promulgada em setembro

Recesso obriga a Ulysses convocar sessões até 22h

O "recesso branco", deflagrado informalmente na última sexta-feira atingiu ontem o quinto dia na Assembleia Nacional Constituinte. A falta do quorum ficou refletida no painel, que assinalou a presença de apenas 244 parlamentares.

Sem condições para levar adiante as votações das Disposições Transitórias esta semana, já que a sessão matinal geralmente é encerrada por ausência de número, o deputado Ulysses Guimarães decidiu retornar uma reunião adotada da época da Comissão de Sistematização.

A partir da próxima segunda-feira, as sessões serão prorrogadas até às 22h00, e, possivelmente, haverá convocações para os finais de semana.

O relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) acha que, evidentemente, não será fácil recuperar o tempo perdido esta semana. Ele disse que a falta de votações implica num prejuízo que será verificado tão logo os constituintes comecem a trabalhar de manhã, à tarde e à noite, inclusive aos sábados e domingos. Prejuízo,

Morosidade da Carta preocupa

Pelo menos alguns constituintes começam a se preocupar com a demora em se retomar os trabalhos de plenário, após a aprovação, na semana passada, do mandato de 5 anos para o presidente José Sarney. O deputado José Inácio Lula da Silva (PT-SP) comentou ontem que, a partir da próxima segunda-feira, vai ser preciso começar a criticar "aqueles que estão se opondo as tentativas de acordo em torno das disposições transitórias". Lula não gostou da interrupção dos trabalhos de plenário durante toda esta semana.

Já o deputado Gastone Righi, líder do PTB (SP) viu com naturalidade o "recesso" branco da Constituinte e encontrou até uma explicação para o fato. "A votação do mandato do presidente — disse — demonstrou claramente que há um conjunto de forças dominante na Constituinte. E a paralisação que se seguiu indica que esse conjunto de forças não vai mais permitir que o grupo adversário deixe de assumir o ônus de certas decisões que precisam ser tomadas pelos constituintes. A partir de agora, parece-me que todos vão ter que dividir tais ônus. Se não for assim, não haverá votações".

Desgaste

Gastone Righi citou expressamente a questão da anistia aos militares, como exemplo da sua análise. Ele acha que não vai haver votação se os grupos de esquerda não se dispuserem a negociar e a assumir uma parte do desgaste que a votação desse tema vai provocar.

Monarquistas buscarão apoio em todo o País

Porto Alegre — Enthusiasmados com a aprovação da emenda que estabelece a realização de um plebiscito popular, em 1993, para a escolha do sistema de governo entre monarquia parlamentar, república presidencialista ou república parlamentarista, os monarquistas já estão se organizando para fazer uma ampla campanha a nível nacional, visando esclarecer a população sobre as "vantagens" do sistema monárquico. A informação foi dada ontem, nesta capital, pelo secretário-geral do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos (entidade criada há quase três anos, contando com mais de cem sócios no país), Aldo Campagnola, que revelou que a campanha pró-monarquia será lançada oficialmente logo após a

segundo o relator, em termos de tempo perdido e da árdua tarefa que passa a ser, ampliando-se a jornada de trabalho.

Bernardo Cabral salienta que se o presidente da Constituinte levar adiante a determinação de convocar sessões nos finais de semana, e se houver quorum, será possível reaver o tempo perdido. Quanto ao novo adiamento para a promulgação da nova Constituição, o relator observa que tudo dependerá do ritmo que vai se imprimir a Constituinte daqui por diante. Lembra que em julho há recesso parlamentar e com a realização das eleições municipais, pelo menos com constituintes deverão se ausentar para cuidar de suas campanhas.

As previsões para o fim da Constituinte apontam agora para a primeira data cívica do segundo semestre — o sete de setembro. Mas convém lembrar que a Constituinte de 1946 promulgou a Carta constitucional no dia 18 de setembro, uma data que não pode ser descartada para encerrar a Constituinte de 87, já com um ano e quatro meses de funcionamento.

Já o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), entende que o desgaste da Constituinte é muito mais pela contínua dilatação dos prazos para a conclusão dos seus trabalhos. Mas observa que esse desgaste decorre do processo democrático escolhido pelo país para chegar a uma nova constituição.

"Recordo-me de que os militares encontraram uma maneira bem mais rápida para impor uma nova Constituição ao país. Fizem uma Constituição outorgada, longe de tudo e de todos. Não ouviram ninguém. Mas, certamente, não foi a constituição que todos os brasileiros queriam. Se pretendemos fazer uma Constituição democrática, temos que aceitar os ônus da democracia. E se aceitarmos o desgaste naturalmente, teremos condições de nos recuperar e continuar praticando a democracia".

Para o deputado baiano Fernando Santana (PCB-BA), o que está acontecendo tem muito a ver com aqueles que não querem as eleições municipais de novembro próximo. Diz ele que os grupos de esquerda foram acusados de praticar obstrução no plenário para evitar a aprovação do mandato de 5 anos para o presidente da República. "Mas agora — comentou, aqueles mesmos que nos acusavam estão sabotando os trabalhos da Constituinte. E fazem isso com o objetivo de retardar ao máximo a conclusão da nova Carta, de modo a que não haja mais tempo para a realização de eleições municipais ainda este ano".

promulgação da nova Constituição. Os monarquistas não temem a supressão desta emenda durante o segundo turno da votação, devido ao grande número de votos favoráveis. 495, contra apenas 23 contrários, e, inclusive, já têm certeza de que serão vitoriosos em 1993. Um dos motivos desta crença na "vitória" se relaciona com a atual crise vivida pelo país. "A crise facilitará nossa vitória", ponderou Campagnola, lembrando que a "república presidencial vive de crises".

A campanha, segundo o secretário-geral do Instituto (há outros dois institutos do gênero no país, um em Brasília e outro no Rio de Janeiro), será coordenada pelo deputado do PDS paulista, Antônio Henrique Cunha Bueno, autor da emenda, rejeitada pela Constituinte.

Waldir admite deixar PMDB se não ganhar

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, admitiu ontem, nesta capital, pela primeira vez, a possibilidade de deixar o PMDB, caso os "progressistas" sejam derrotados na convenção de agosto e o partido se transforme num "Arenão". O governador, que está articulando uma chapa para disputar o comando do PMDB e tenta evitar a "debandada" do grupo de Mário Covas, conseguiu ontem o apoio do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, com quem conversou no Palácio de Ondina.

Jarbas Vasconcelos, ao contrário do governador de Alagoas, Fernando Collor com quem Waldir Pires conversou quarta-feira, apóia integralmente a estratégia do governador de disputar a convenção, embora afirme que "os progressistas nunca foram maioria dentro do PMDB". Vasconcelos acha, no entanto, que o partido poderá sobreviver e com "o rosto" que lhe deu os progressistas. Reafirmou que não está disposto a deixar o PMDB e sim lutar para que ele retome os seus compromissos históricos.

Waldir Pires frisou que a convenção de agosto não será "de acomodação", certamente haverá perdedores e o partido será menor, compensando isto com mais homogeneidade. "A frente política não vai sobreviver", garantiu, "e queremos é que o partido reconquiste a confiança do povo com uma mudança radical".

Jarbas faz apelo para manter união

Salvador — Nesses 80 dias que antecederam a convenção nacional do PMDB, marcada para 21 de agosto, será realizada uma ampla campanha junto aos governadores, constituintes, deputados estaduais e prefeitos do partido visando a permanência na legenda dos dissidentes peemedebistas descontentes com a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O anúncio foi feito ontem, em Salvador, pelo prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, após almoço com o governador da Bahia, Waldir Pires, no Palácio do Ondina.

Com Pires, Vasconcelos discutiu os primeiros passos da campanha, ficando acertado um grande encontro dos chamados "progressistas" do PMDB antes da realização da convenção, em data e local a serem combinados. Por enquanto é certo que a campanha, que terá em Waldir Pires um dos seus líderes, atuará em duas frentes. Primeiro, junto aos descontentes que não pensam em abandonar o PMDB mas em resgatar na convenção os compromissos históricos do partido, e, segundo, junto aos dissidentes que já se preparam para deixar a legenda.

Arquivo 12/5/87



Jarbas: resgatar bandeiras

Prefeitos unem-se contra dissidentes

São Paulo — Prefeitos do Vale do Paraíba e do litoral Norte se unem contra os peemedebistas que estão ameaçando deixar o partido e lançam um manifesto defendendo a fidelidade e coerência partidárias. Na noite de quarta-feira, esses prefeitos estiveram no Palácio dos Bandeirantes e apresentaram esse manifesto ao governador Orestes Quércia, mostrando que "a história do PMDB, como um partido de mobilização de massas, de resistência ao regime ditatorial que se instalou no País em 1964, de transformações sociais e políticas relevantes, é grandiosa demais". Diante disso, lembrando que a Constituição está prestes a ser promulgada, os prefeitos do Vale do Paraíba e do litoral do Norte assumem o compromisso "de garantir as transformações que o País exige" e reafirmam sua fidelidade partidária.

Os prefeitos reconhecem, em seu manifesto, que "a história do PMDB se faz com acertos e erros". Eles admitem ainda que a posição do partido pode ter "incomodado os setores conservadores" da agremiação, que, por sua vez, "incomodam com a cabotina pretensão de se julgarem os puros e iluminados donos da verdade e fogem oportunisticamente da luta que deverá ser travada dentro do partido, até a sua completa deputação".

Por outro, os prefeitos afirmam que a fidelidade partidária não deve ser entendida como apoio irrestrito a todos os atos governamentais. Por isso, consideram fundamental a efetivação de mudanças exigidas pela sociedade. "O que só será possível com um PMDB forte e participativo.



Rio — O Governo movimentou-se para, através da supressão e compatibilização de artigos, dar ao texto constitucional no segundo escrutínio um perfil que assegure maior liberdade econômica ao País. A revelação foi feita ontem pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, logo após proferir palestra aos estagiários da Escola Superior de Guerra no Rio. Costa Couto interpretou as declarações do presidente José Sarney em Nova Iorque — segundo as quais o texto resultante da primeira votação é retrógrado — como uma advertência a fim de que os constituintes aproveitem o segundo turno para dar consistência e coerência à nova Carta.

"O presidente está convencido de que estamos num mundo novo. Não podemos entrar na contramão da história. O presidente gostaria que uma filosofia que garantisse maior liberdade econômica ao país

fosse consagrada. Esta filosofia está presente na política industrial que ele definiu para o País. O segundo turno da votação é uma oportunidade preciosa para se dar ao País uma Constituição que reflita a realidade brasileira", afirmou.

Problemas superados

Ronaldo Costa Couto disse que a situação econômica do país tende a melhorar porque três dos principais problemas brasileiros foram superados — a indefinição do perfil do texto constitucional, da duração do mandato presidencial, e dos termos de renegociação da dívida externa.

"Esses três fatores de instabilidade estão saindo da vida brasileira. Como poderíamos definir uma política de investimentos diante destes fatores?", indagou.

O ministro-chefe do Gabinete Civil dissera "aos estagiários e repetiu momentos depois, em entrevista, que a inflação está sob controle e já apresenta sinais aparentes de queda.

"Já afastamos o perigo da hiperinflação e os últimos índices apresentam uma ligeira e segura queda".

Líderes negociam "emendão"

As lideranças na Constituinte começaram a negociar ontem um emendão às Disposições Transitórias do projeto de Constituição. Todos os 72 artigos do substitutivo do Centro, já aprovado, estão sendo analisados cuidadosamente, num trabalho que começou ontem de manhã e se prolongou até o final da noite. Apenas o PFL não participa formalmente das negociações.

A idéia é acertar um acordo em torno de um emendão, deixando os pontos polêmicos para serem disputados no voto. Entre as questões polêmicas estão a anistia aos militares cassados, as eleições municipais, auditoria da dívida externa feita pelo Congresso e eleição para o DF este ano. Até as 19 horas os negociadores haviam chegado a um consenso em 12 dos 72 artigos do título.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) informou que as lideranças chegaram à conclusão de que é preciso um acordo para votar as Disposições Transitórias que, além dos inúmeros artigos ainda têm 140 emendas individuais para serem acrescentadas ao texto. Se não houver acordo, a votação do título poderá levar muito tempo, já que para cada artigo ou inciso há pelo menos uma emenda. Jorge Hage salientou, contudo,

que o líder Mário Covas (PMDB-SP) só fechará o acordo depois de repassar todos os pontos acertados.

Desinteresse

A iniciativa das lideranças é incentivada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que vê muitos casuários e privilégios no texto e gostaria de promulgar a Constituição o mais rápido possível. Ulysses e as lideranças sentiram que além da diversidade de propostas e interesses em jogo nas Disposições Transitórias, outro fator para quem quer apressar o término da Assembleia é o esvaziamento das sessões daqui para frente, com poucas questões que realmente mobilizem o plenário.

O PFL decidiu fazer sua avaliação sobre o texto separadamente. Pela manhã, o deputado Oscar Correa (PFL-MG) chegou a comparecer à reunião convocada pelo senador Covas. Indagado se estava ali representando seu partido, Correa ligou para o líder José Lourenço que lhe autorizou a dizer aos demais líderes que o PFL primeiro faria sua avaliação e depois iria se incorporar às negociações já com as suas propostas para o acordo. As negociações continuam hoje.

"Interesses localizados"

Andrei Meireles

Donos de cartórios, pequenos e médios empresários, procuradores, veteranos de várias guerras são alguns dos inúmeros setores e categorias com interesses específicos em jogo nas Disposições Transitórias da Constituição. "Parece coisa de mágico: toda hora sai um coelho novo da cartola", constata, perplexo, o deputado Gastone Righi, líder do PTB. Todas as lideranças reconhecem a necessidade de rejeitar a grande maioria desses interesses localizados, cujo atendimento prejudicaria a sociedade como um todo. Mas isto tem um custo político e eleitoral: "Ou dividimos esse ônus ou a Constituinte não acaba tão cedo" adverte Righi.

O deputado Ulysses Guimarães tem até uma fórmula para isto: a elaboração de um emendão enxuto dos variados casuários e privilégios. Seu assessor jurídico, Miguel Realle Jr., está trabalhando em cima disto. Ontem, no plenário, ele propôs essa fórmula a diversas lideranças. O PFL topa desde que o PMDB também a endosse. Gastone, em conversa com Realle Jr., foi explícito: "Bota a assinatura do senador Mário Covas no emendão que não tem problema. Não vamos aceitar, em questões inglórias, que uns banquem os mocinhos e outros os bandidos".

Há emendas de todos os tipos nas Disposições Transitórias. O deputado Matheus Iensen, do PMDB do Paraná, que ficou conhecido pela autoria da proposta do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, tem uma emenda que isenta do pagamento dos direitos autorais a gravação e execução de músicas sacras. Ele é dono de uma gravadora especializada em músicas religiosas. Sem dúvida, uma

pérola de legislação em causa própria.

A correção de "injustiças" históricas é um capítulo à parte. Desde os seringueiros que foram recrutados em 1943 para o esforço de guerra e reivindicam uma pensão vitalícia de três salários-mínimos a todos os tipos de veteranos de guerra. Os que estiveram na década de 60 em Suez e até os que participaram da invasão da República Dominicana, em 1965, pleiteiam reparações através da nova Constituição.

A Zona Franca de Manaus passa a ser eterna com expressa garantia constitucional e os jogos, legalizados — do popular bicho aos cassinos. Há um verdadeiro festival de propostas de estabilidade para diversas categorias. Por exemplo: os juizes togados de investidura por tempo limitado são efetivados em caráter permanente nos cargos.

Dzzenas de parlamentares patrocinam emendas que beneficiam interesses localizados e não se dispõem a abrir mão delas. São um trunfo eleitoral, que pretendem valorizar ao máximo, para facilitar futuras disputas de mandatos. Essas propostas têm tramitação quase camuflada, pois muitas delas não são sequer do conhecimento de boa parte dos constituintes por simplesmente não chamar atenção ou despertar seu interesse. Mesmo assim, têm ônus. O debate se concentra em algumas propostas mais polêmicas como a anistia, a divisão de estados como Minas Gerais e Bahia. Mas, nos bastidores, os lobbies que defendem interesses específicos, quase sempre sem contestações, trabalham ativamente. O que torna imprevisível a duração da votação das Disposições Transitórias, exceto se houver um acordo que vai desagradar a muita gente das lideranças partidárias.

Minas pressiona separatistas

O grupo de parlamentares favoráveis à unidade mineira vai aumentar, na próxima semana, a pressão para que os constituintes votem contra a criação do Estado do Triângulo. Cerca de 10 deputados estaduais viajarão a Brasília para pedir às lideranças partidárias que orientem suas bandadas a votarem contra o novo Estado. O governador Newton Cardoso também virá à Capital Federal, para um jantar que será realizado pela barraca mineira no Clube do Congresso. Muitos políticos estão sendo convidados para o jantar.

As informações são do deputado Gil César, coordenador da bancada de Minas. Segundo ele,

a votação da emenda que cria o Estado do Triângulo deverá ocorrer apenas na semana de 20 a 24 deste mês. Várias entidades mineiras também virão em caravana a Brasília para pressionar os parlamentares a fim de que eles votem contra a divisão do Estado.

Gil César disse, porém, que este grupo não chegará às 400 pessoas que foram anunciadas pela imprensa. Ele afirmou também, que não se esperava para ontem uma caravana de mineiros, conforme publicaram alguns jornais. A pressão maior vai ocorrer a partir da próxima semana, quando deverão ter andamento as votações das disposições transitórias, explicou o parlamentar.